

## REPORTAGEM

Ponta Delgada acolheu a última sessão do projeto conjunto FENPROF/CNOD

Pág. 8

## DOCENTES APOSENTADOS

Uma Conferência Nacional apontada à ação

Pág. 13



# COMBATER A PRECARIEDADE É UMA EXIGÊNCIA!



## EDITORIAL

António Lucas

# Desejo-lhes um péssimo Natal e uma breve carreira política!

Em época natalícia, é tradição, num país eminentemente católico, fazer um apelo à paz, à fraternidade, à redistribuição da riqueza, ao amor ao próximo, enfim, àquilo que nos aproxima e que nos torna verdadeiramente humanos, no sentido humanista do termo, ou se quisermos, na perspetiva do humanismo integral que, desde os anos 60 do século passado, se tornou um aspeto aglutinador da doutrina social da Igreja.

Especialmente nos dois últimos anos e meio, com o país governado pela coligação de dois partidos com forte inspiração na democracia social-cristã e com inúmeros dirigentes de confissão religiosa católica, assistimos a um afastamento político, sem precedentes, do humanismo integral, defendido pelo Vaticano, desde a década de 60 do século passado e com fôlego renovado pelo Papa Bento XVI e pelo atual.

Entre os princípios enumerados pelo humanismo integral, destaco: o primado da pessoa sobre as coisas; a construção do bem comum, que coincide com a plena realização de cada pessoa, como objectivo último de todas as acções que acontecem na vida social; a presença da dimensão ética, enquanto manifestação da liberdade da pessoa, em todas as esferas da vida, sendo necessária para a construção do bem comum.

**Entre os princípios enumerados pelo humanismo integral, destaco: o primado da pessoa sobre as coisas; a construção do bem comum, que coincide com a plena realização de cada pessoa**

Ora, esta perspetiva da felicidade e da realização pessoal, em função do bem comum, não se compadece com a prática do atual Governo de empobrecimento da generalidade da população portuguesa, do agravamento da miséria e da transferência da riqueza e de privilégios para um grupo restrito de pessoas movidas pela ganância e pelo exclusivo interesse próprio.

Dos princípios do humanismo integral infere-se um claro distanciamento da Igreja face ao neoliberalismo, quer como doutrina política, quer como doutrina económica. Implicitamente, são, também, criticadas a sociedade de consumo, a desregulação dos mercados financeiros, a acumulação do capital, à custa da degradação social, e a sobreposição do interesse individual sobre o interesse coletivo.

Por este conjunto de razões, podemos verificar o distanciamento dos nossos governantes, face aos princípios que deviam nortear a sua ética política. Por isso, como não sou religioso e como sou incapaz de dar a outra face, desejo-lhes um péssimo Natal e uma breve carreira política!

P.S. Obviamente que para os leitores desta revista, nossos Associados, desejo um Ótimo Natal e Um Melhor Ano de 2014! ●

**SPRA**  
informação.ano XII.n.º69.set.2013

### FICHA TÉCNICA

#### Director:

António Lucas

#### Conselho de Redacção:

Inês Cabral | Nuno Fonseca | Manuel Jorge Lobão | Dionísia Violante | António Dutra | Leonor Dutra | Elisabete Pires

#### Editor:

Fernando Vicente

#### Paginação e Tratamento Gráfico:

Tiago Madeira

#### Revisão:

Luísa Cordeiro, Vitória Fonseca

#### Colaboração regular:

José Paulo Oliveira (Jornalista)

#### Propriedade e Edição:

Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA);

#### Bimestral

#### Tiragem média:

2.350 exemplares

#### Impressão e acabamento:

Nova Gráfica, Lda

#### Dep. Legal:

206452/04

#### III Série

Distribuição gratuita aos sócios do SPRA

Membro da FENPROF

www.spra.pt

#### GRISPR:

Gabinete de Recursos e Informação

do Sindicato dos Professores

#### ÁREAS SINDICAIS

#### STA. MARIA

R. Leandro Chaves, 14  
9580-533 Vila do Porto  
Açores (SPRA);

tel: 296 882 872 | fax: 296 882 872

sprasma@iol.pt

#### S. MIGUEL

Av. D. João III, Bloco A, n.º 10, 3.º

9500-310 Ponta Delgada

tel: 296 205 960 | fax: 296 624 698

smiguel@spra.pt

#### TERCEIRA

Canada Nova n.º 21, Sta Luzia

9700-130 Angra do Heroísmo

tel: 295 215 471 | fax: 295 212 607

spra.terceira@mail.telepac.pt

#### GRACIOSA

R. Dr. Manuel Correia Lobão, n.º 22

9880 Santa Cruz Graciosa

tel: 295 712 886 | fax: 295 712 886

spragradosa@netc.pt

#### S. JORGE

Av. D. António Martins Ferreira, 11r/c  
9850-022 Calheta, São Jorge

tel: 295 416 519 | fax: 295 416 519

spra.sjorge@sapo.pt

#### FAIAL

R. de S. João n.º 38 Fracção B, 1.º andar

9900 Horta

tel: 292 292 892 | fax: 292 292 282

sprafaial@sapo.pt

#### PICO

R. José Martins Garcia

9950-302 Madalena do Pico

tel: 292 623 000 | fax: 292 622 023

sprapico@sapo.pt

#### FLORES e CORVO

R. Fernando Mendonça, 2 R/C

9970-332 Sta Cruz das Flores

tel/ fax: 292 592 976

spra-flores@sapo.pt

## Ação sindical

# SPRA em conferência de imprensa

## A dignidade dos professores, a sua estabilidade profissional e a qualidade do ensino no centro das preocupações sindicais



A Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (tema em foco na atualidade nacional das últimas semanas) e o concurso interno de janeiro de 2014 mereceram particular atenção na conferência de imprensa que o SPRA realizou no passado dia 6 de dezembro, em Ponta Delgada. Presentes na Mesa: António Lucas, Presidente; Luísa Cordeiro, Vice-Presidente, e Antónia Coelho, membro da Direção.

Como foi referido aos profissionais da comunicação social, o Sindicato dos Professores da Região Açores, ao longo dos meses de novembro e dezembro, desenvolveu uma série de iniciativas tendo em vista a extinção da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (PACC), imposta aos docentes contratados pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC).

Das iniciativas já decorridas, destacam-se as Providências Cautelares sobre as alterações ao Estatuto da Carreira Docente aplicado aos docentes na dependência do MEC e respetiva regulamentação, bem como sobre a publicação do calendário da realização da PACC.

No passado dia 5 de dezembro, o SPRA entregou uma moção, aprovada em plenários de docentes contratados, em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo,

de repúdio pela imposição da referida prova, ao Presidente do Governo Regional e ao Representante da República, respetivamente.

Para dia 18 (com esta edição a caminho dos sócios do SPRA), data em que se realiza a PACC, a FENPROF e outras organizações sindicais entregaram um pré-aviso de greve às tarefas inerentes à sua realização.

### Pela estabilidade profissional

No âmbito da precariedade docente, o Sindicato dos Professores da Região Açores tem feito, sobretudo nos últimos anos, inúmeras exigências, no sentido da resolução deste problema, que se traduz na manutenção, por períodos que chegam a ultrapassar uma década, de docentes que “teoricamente” satisfazem necessidades transitórias do sistema.

Foi recordado neste encontro com os jornalistas que todos os anos, na Região, são contratados a termo resolutivo cerca de 600 docentes (na primeira colocação), o que evidencia que o Sistema Educativo Regional necessita destes professores e educadores para o normal funcionamento das escolas e para a qualidade do ensino.

Em cima da mesa esteve, de novo, a reivindicação do SPRA de que, pelo

UNIÃO EUROPEIA

## Docentes admitem queixa ao Provedor de Justiça

O presidente do Sindicato dos Professores da Região Açores afirmou ontem que pretende apresentar uma queixa ao Provedor de Justiça da União Europeia se não forem apresentadas medidas de combate à precariedade laboral dos docentes na Região. “O Estado português já foi notificado pela Comissão Europeia (CE) que tinha dois meses para apresentar medidas que resolvessem esta situação. A região corre o sério risco de sofrer um aviso da mesma natureza”, considerou António Lucas. O dirigente sindical recordou que o incumprimento da medida da CE implica a adoção de “multas pesadas e, se calhar, sai mais barato pagar mais 30 mil euros por mês [o encargo com fim da precariedade de 300 docentes] do que uma multa e, eventualmente, algumas sanções no acesso aos fundos comunitários”. Entretanto, o SPRA entregou uma moção de “repúdio pela imposição” da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades e um pré-aviso de greve para o dia 18 às tarefas inerentes à realização do exame. ■



menos, 300 dos lugares que anualmente vão a concurso, por corresponderem a necessidades de caráter permanente (o que, aliás, foi publicamente assumido em sede de plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores) sejam convertidos em contratos de trabalho por tempo indeterminado, conferindo, assim, estabilidade profissional a estes docentes e também contribuindo para uma concretização plena e em continuidade pedagógica dos projetos educativos de escola.

Este problema assume, ainda, maiores proporções no Continente, ao ponto de a Comissão Europeia ter dado um período de dois meses ao Governo da República para apresentar medidas de combate à precariedade docente.

Perante este quadro, o SPRA exorta o Governo Regional e a Assembleia Legislativa Regional a que, por iniciativa própria, apresentem uma proposta faseada, ou não, de inclusão nos quadros de escola de, pelo menos, três centenas de docentes que legitimamente aspiram a um vínculo laboral, à semelhança do que aconteceu com a vinculação extraordinária que teve lugar em 2000/2001.

Para colmatar este “flagelo social da precariedade docente”, o SPRA irá promover uma ação junto destes profissionais, para que assinem um postal (“Assina um postal por uma vaga”), dirigido ao SRECC, a exigir a abertura de vagas de quadros de escola.

#### Escola Inclusiva

No passado dia 2 de dezembro, a FENPROF/SPRA, em parceria com a Confederação Nacional de Organismos de Deficientes (CNOD), realizou, em Ponta Delgada, uma iniciativa subordinada ao tema: “A Importância da Escola na Inclusão Social de Crianças e Jovens com Deficiência”, com cujo êxito o SPRA se congratula. Nela foram debatidos problemas relacionados com a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e com o desinvestimento neste sector de ensino. No âmbito regional, foi sublinhada a carência de recursos humanos e a incapacidade do Governo Regional em estabelecer uma rede regional de Intervenção Precoce (ver pág. 7).

#### Reestruturação da rede escolar na Ilha Terceira

Relativamente às alterações da rede escolar na Ilha Terceira, com a anunciada passagem dos alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico da EBI da Praia da Vitória e da EBI de Angra do Heroísmo para, respetivamente, a EBS Vitorino Nemésio



**Para colmatar este “flagelo social da precariedade docente”, o SPRA irá promover uma ação junto destes profissionais, para que assinem um postal (“Assina um postal por uma vaga”), dirigido ao SRECC, a exigir a abertura de vagas de quadros de escola.**

e a EBS Jerónimo Emiliano da Andrade, o Sindicato dos Professores da Região Açores considera que as reestruturações da rede devem obedecer, essencialmente, aos seguintes princípios:

- Manutenção dos alunos na rede pública;
- Garantia de que qualquer redistribuição de alunos tenha em conta a manutenção da turma padrão do Ensino Básico.

#### Educação Física no 1.º ciclo

Por último, o SPRA congratula-se com a enorme adesão, até agora verificada, ao abaixo-assinado dirigido ao Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura sobre a manutenção dos três tempos da disciplina de Educação Física, no 1.º Ciclo do Ensino Básico, com a coadjuvação do docente daquela disciplina, que será recolhido no final do primeiro período (ver pág. 6).

#### Palavras claras sobre o combate à precariedade

Em cima da mesa esteve, de novo, a reivindicação do SPRA de que, pelo menos, 300 dos lugares que anualmente vão a concurso, por corresponderem a necessidades de caráter permanente (o que, aliás, foi publicamente assumido em sede de plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores) sejam convertidos em contratos de trabalho por tempo indeterminado, conferindo, assim, estabilidade profissional a estes docentes e também contribuindo para uma concretização plena e em continuidade pedagógica dos projetos educativos de escola. ●



#### Plenários

## Contra a PACC, contra o desemprego e em defesa da estabilidade

Entre 2007 e 2013, os governos apostaram na precarização da profissão docente. Com esse objetivo, os mais de 25.000 professores e educadores que se aposentaram naquele período foram substituídos nos quadros por apenas 1.002 colegas.

Em 2012 e 2013, o Governo tomou medidas para despedir a maioria dos docentes, que sujeitava a contratos a termo e, nesse sentido, aumentou o número de alunos por turma, os horários de trabalho, impôs as revisões curriculares e criou centenas de mega-agrupamentos. Com tais medidas, os professores contratados passaram de mais de 35.000 para cerca de 12.000. O universo de docentes sem vínculo é da ordem dos 43.000. Chegou agora a fase seguinte: afastar muitos desses docentes desempregados da profissão de professor ou educador de infância, para a qual estão habilitados profissionalmente. E é aí que entra a dita prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC), que o MEC quer realizar em 18 de dezembro. Contra essa prova, a FENPROF e os seus Sindicatos têm promovido inúmeras ações – jurídicas (providências cautelares), institucionais (petição e reuniões com grupos parlamentares) e de protesto (plenários, concentrações, entre outras). Para o MEC de Nuno Crato, tal prova tem também a

finalidade de desvalorizar e desprestigiar os docentes perante a sociedade.

Depois dos plenários já realizados em Lisboa, Porto e Braga, a FENPROF e os seus Sindicatos prosseguiram com a realização de mais plenários, tendo como objetivos: fazer um ponto da situação relativo a este processo; mobilizar para a deslocação à Assembleia da República,

entretanto realizada a 5 de dezembro; preparar a greve do dia 18 de dezembro; encontrar outras ações que contribuam eficazmente para combater esta prova. Na Região Autónoma dos Açores, decorreram plenários em S. Miguel (sala de conferências do Hotel Lince, em Ponta Delgada) e na Terceira (EBS Tomás de Borba). ●

### Estatísticas do Emprego na RAA

#### 3.º trimestre de 2013: taxa de desemprego nos Açores aproxima-se dos 18 por cento

No terceiro trimestre de 2013, segundo os resultados obtidos pelo Inquérito ao Emprego, a taxa de desemprego estimada na Região Autónoma dos Açores é de 17,7% , representando um acréscimo de 1,6 p. p. (pontos percentuais), relativamente ao trimestre anterior e de 2,3 p. p., relativamente ao trimestre homólogo. A população desempregada nos Açores, naquele período, estimava-se em 21.545 indivíduos (19.057 no trimestre anterior e 18.605 no 3.º trimestre de 2011). Assim, relativamente ao último trimestre, o número de desempregados subiu 13,1 % (mais 2.488 cidadãos sem trabalho). São números que fazem pensar...



Abaixo-assinado

# Pela manutenção dos três tempos letivos de Educação Física no 1º Ciclo

Dirigido ao Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, circula na Região Açores um abaixo-assinado, dinamizado pelo SPRA, que destaca a importância da manutenção dos três tempos letivos de Educação Física no 1.º Ciclo, conforme o previsto na matriz curricular daquele ciclo de ensino.

Ao mesmo tempo, salienta-se que deve concretizar-se a lecionação dos referidos tempos letivos pelo docente especializado de Educação Física, em coadjuvação com o docente titular de turma ou não.

O Sindicato dos Professores da Região Açores tem sido questionado por inúmeros associados relativamente a eventuais alterações das matrizes curriculares do Ensino Básico, nomeadamente, à possibilidade de redução do número de tempos de Educação Física na matriz curricular do 1.º Ciclo.

O SPRA considera que esta medida, a acontecer, será um verdadeiro retrocesso na Região, atendendo a que a prática de exercício físico é deveras importante para o bem-estar físico e psicológico, para o desenvolvimento de comportamentos saudáveis e para o crescimento integral das crianças. Recordamos que, ainda há pouco tempo, foi registado, nas crianças da Região, um índice de

Diário Insular, 15 nov 2013

TUTELA GARANTE QUE A POSSIBILIDADE NÃO ESTÁ A SER EQUACIONADA, MAS OS DOCENTES AVANÇAM COM ABAIXO-ASSINADO

## Professores do 1º ciclo recusam corte nos tempos de Educação Física

Professores estão preocupados com uma possível redução das horas de Educação Física no 1º ciclo. A tutela diz que isso não vai acontecer.

O Sindicato dos Professores da Região Açores está a avançar com um abaixo-assinado contra uma alegada diminuição dos tempos de Educação Física no primeiro ciclo. No texto do documento, a força sindical, liderada por António Lucas, diz ter sido questionada pelos associados "relativamente a eventuais alterações das matrizes curriculares do Ensino Básico, nomeadamente, à possibilidade de redução do número de tempos de Educação Física na matriz curricular do primeiro ciclo".

Para o Sindicato dos Professores da Região Açores, trata-se de uma medida que implicaria um retrocesso na Região.

"A prática de exercício físico é deveras importante para o bem-estar físico e psicológico, para o desenvolvimento de comportamentos saudáveis e para o crescimento integral das crianças", refere.

Os subscritores recordam ainda que foi registado, há pouco tempo, nas crianças da Região, um índice de massa corporal superior aos considerados padrões normais.

Para sustentarem a sua posição, os



EDUCAÇÃO FÍSICA Professores querem que a componente continue a ser lecionada por um docente da especialidade

signatários recordam os princípios da Lei de Bases do Sistema Educativo, que define como objetivo do Ensino Básico, entre outros aspetos, "proporcionar o desenvolvimento físico e motor das crianças".

"O Referencial Curricular para a Educação Básica na Região Autónoma dos Açores, no número nove ponto sete, Educação Física, refere que a "Educação Física, enquanto

área curricular, centra-se no valor educativo da atividade física pedagógica orientada para o desenvolvimento multidimensional e harmonioso do aluno e pode definir-se como a apropriação de conhecimentos e habilidades técnicas na elevação das capacidades do aluno e na formação de aptidões, atitudes e valores. Para tal, deverá ser proporcionada aos alunos atividade física adequada – intensa, saudável,

gratificante e culturalmente significativa", avançam ainda.

Entretanto, questionada por DI, a diretora regional da Educação, Maria da Graça Teixeira, garantiu que não está a ser equacionada qualquer redução dos tempos de Educação Física e Motora. Os três tempos vão continuar a ser lecionados pelo professor especializado (duas horas) e pelo titular da turma (uma hora). »



ANTÓNIO LUCAS Redução da Educação Física seria retrocesso na Região

SINDICATO INTERPÕE PROMIDÊNCIA CAUTELAR CONTRA LEGISLAÇÃO JÁ REGULAMENTADA NA REPÚBLICA

## SPRA opõe-se a exames de professores

Entretanto, o Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) entretanto, esta semana, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, uma providência cautelar contra a aplicação da prova de avaliação dos docentes.

A força sindical recorda que a legislação que entrou em vigor em 2010 dispôs sobre a realização da prova professores e educadores que, no exercício de funções do-

centes, já tinham obtido menção não inferior a Bom.

"Quer, agora, o Governo que essas disposições sejam anuladas, obrigando todos os docentes por ele impedidos de entrarem na carreira a submeterem-se a realização da prova, em nome de um falso argumento de "equidade", avança. O secretário regional da Educação, Luís Fagundes Duarte, disse, recentemente, que a legislação que

sujeita os professores a exames não será aplicada nos Açores.

Contudo, e de acordo com António Lucas, líder do sindicato, há cada vez mais docentes da Região a concorrerem aos três concursos (Açores, Madeira e continente). A maioria, esta legislação, os professores que o fizerem terão de realizar o exame, para poderem concorrer em igualdade de circunstâncias. »

## Sindicato contra redução do número de aulas de Educação Física no 1.º ciclo

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) encontra-se a promover um abaixo-assinado, dirigido ao secretário regional da Educação, Ciência e Cultura, contra a redução do horário letivo destinado à Educação Física no 1.º ciclo.

O SPRA defende a "manutenção dos três tempos letivos", "conforme o previsto na matriz curricular daquele ciclo de ensino", bem como a sua lecionação pelo docente especializado de Educação Física, "em coadjuvação com o docente titular de turma ou não".

Num comunicado veiculado pela estrutura sindical, o SPRA refere que "esta medida, a aconte-

cer, será um verdadeiro retrocesso na região, atendendo a que a prática de exercício físico é deveras importante para o bem-estar físico e psicológico, para o desenvolvimento de comportamentos saudáveis e para o crescimento integral das crianças". Além disso, o sindicato de professores recorda também que, "ainda há pouco tempo, foi registado, nas crianças da região, um índice de massa corporal muito além dos padrões normais".

O abaixo-assinado surge, assim, "face aos receios manifestados" pelos associados do SPRA que têm questionado o sindicato sobre as eventuais alterações.



Professores querem a manutenção dos três tempos letivos de Educação Física

Diário dos Açores, 14 nov 2013

## Sindicato dos Professores contra alterações no 1.º Ciclo

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) está contra a possível redução do número de tempos de Educação Física na matriz curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Em nota de imprensa, o SPRA considera que esta medida será um "verdadeiro retrocesso na Região, atendendo a que a prática de exercício físico é deveras importante para o bem-estar físico e psicológico, para o desenvolvimento de comportamentos saudáveis e para o crescimento integral das crianças".

O sindicato recorda que "ainda há pouco tempo foi registado nas crianças da Região um índice de massa corporal muito além dos

padrões normais". Com o objetivo de alertar o Governo Regional, a estrutura sindical está a promover um abaixo-assinado, dirigido ao secretário regional da Educação, Ciência e Cultura, em defesa da Educação Física no 1.º Ciclo.

No abaixo-assinado e em representação dos seus associados, o SPRA apelou à "manutenção dos três tempos letivos de Educação Física no 1.º Ciclo, conforme o previsto na matriz curricular daquele ciclo de ensino", bem como a sua lecionação pelo docente especializado de Educação Física, "em coadjuvação com o docente titular de turma ou não".

Num comunicado veiculado pela estrutura sindical, o SPRA refere que "esta medida, a aconte-

massa corporal muito além dos padrões normais. Assim, face aos receios manifestados, este sindicato, em representação dos seus associados e na defesa de uma matriz curricular equilibrada, vem expor o seguinte:

A Lei de Bases do Sistema Educativo, nos seus princípios gerais, refere que o sistema educativo se organiza de forma a:

(...)

"Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação de carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;" (...)

A mesma Lei define como objetivos do Ensino Básico:

(...)

(...)

"Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as actividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detectando e estimulando aptidões nesses domínios;" (...)

No âmbito do desenvolvimento curricular, a LBSE preconiza:

1 – "A organização curricular da educação escolar terá em conta a promoção de uma equilibrada harmonia, nos planos horizontal e vertical, entre os níveis de desenvolvimento físico e motor, cognitivo, afectivo, estético, social e moral dos alunos."

O Referencial Curricular para a Educação Básica na Região Autónoma dos Açores, no número nove ponto sete, Educação Física, refere que a "Educação Física, enquanto área curricular, centra-se no valor educativo da atividade física pedagogicamente orientada para o desenvolvimento multidimensional e harmonioso do aluno e pode definir-se como a apropriação de conhecimentos e habilidades técnicas na elevação das capacidades do aluno e na formação de aptidões, atitudes e valores. Para tal, deverá ser proporcionada aos alunos atividade física adequada – intensa, saudável, gratificante e culturalmente significativa." ●



## Reportagem

## “A importância da Escola na Inclusão Social de Crianças e Jovens com Deficiência”:

# Ponta Delgada acolheu a última sessão do projeto conjunto FENPROF/CNOD

Após ser apresentado de Norte a Sul do País, e passando pela Região Autónoma da Madeira, foi a vez de se realizar, no dia 2 de dezembro, na Escola Básica Integrada Roberto Ivens, em Ponta Delgada, R.A. Açores, a última iniciativa do projeto, em parceria entre CNOD/FENPROF e cofinanciado pelo INR (Instituto Nacional de Reabilitação), sob o tema "A importância da Escola na Inclusão Social de Crianças e Jovens com Deficiência".

A exposição de dez painéis sobre a problemática da Inclusão de pessoas com necessidades especiais e portadoras de deficiência foi inaugurada pela vice-presidente do Conselho Executivo da EBI Roberto Ivens, pelo Presidente da CNOD e pelo

Secretário-Geral da FENPROF. A organização da Exposição e do Debate que se seguiu foi da responsabilidade da Coordenação Nacional da Educação Especial da FENPROF e do Sindicato dos Professores da Região Açores.

No debate participaram Ana Simões, membro do SN da FENPROF e Coordenadora do Departamento da Educação Especial daquela Federação; Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF, e a encarregada de educação Sandra de Fátima Botelho Oliveira Faustino. O debate foi moderado pela Coordenadora da Educação Especial do SPRA, Clotilde Duarte. Ana Simões salientou a importância, para o desenvolvimento integral da criança, de uma intervenção, o mais atempadamente





possível, centrada na família, desde que é detetada uma criança em risco biológico ou ambiental, ou seja, antes ou após o nascimento da criança. Referiu que a Intervenção Precoce, que antes estava centrada na criança, passou a estar centrada na família, enquanto primeiro contexto social e referência chave da criança no seu desenvolvimento.

Os docentes de Intervenção Precoce são apenas os facilitadores, para que a intervenção ocorra da melhor forma, referiu a dirigente sindical.

#### A experiência de uma mãe e encarregada da educação

Sandra Faustino revelou a sua experiência enquanto mãe e encarregada de educação da Mariana, uma criança que tem síndrome de Rett. Referiu que “a Mariana, apesar de apresentar inúmeras dificuldades e limitações ao nível psico-motor, foi alvo da Intervenção Precoce. Aos 6 anos foi incluída numa turma do ensino regular. Esteve 3 anos numa EBJI, onde se assistiu a uma boa integração.”

Mais adiantou que, nesta escola pública, “os pais que no início estavam relutantes com a presença da Mariana na turma foram aos poucos perdendo os seus receios ao longo do ano, conforme foram interagindo”. Assim sendo, “a Mariana foi incluída nas festividades organizadas pela escola, tornando-se, assim, a escola facilitadora da Mariana”. “Agora está na EBI Roberto Ivins, tendo sido integrada numa UNECA, onde se retrocedeu no processo de Inclusão”. Confirmou que esta situação “não significa que não deva

**Este projeto teve como principal objetivo sensibilizar toda a comunidade educativa para a importância da Escola Inclusiva, pelo que, por todo o país e no âmbito deste projeto, que decorreu entre outubro e dezembro, foi apresentada uma exposição com 10 painéis ilustrativos de experiências de inclusão escolar e social de crianças e jovens com deficiência (desde a Intervenção Precoce à Universidade). A exposição percorreu todo o país, de norte a sul, incluindo regiões autónomas: Évora, Castelo Branco, Sta. M<sup>a</sup> da Feira, Funchal, Lisboa e Ponta Delgada. Para além da exposição, em cada região, teve lugar um debate, com programa próprio, adequado à realidade e experiência, em termos de inclusão.**

estar numa UNECA, mas, em termos gerais, a presença de algumas crianças nestas Unidades Especializadas com Currículo Adaptado deveriam ser melhor contextualizada nas suas problemáticas”. No caso da Mariana, realçou que “deveria existir mais inclusão em disciplinas normais, como, por exemplo, em Educação Física e Educação Musical”. Isso seria muito “benéfico” para a “qualidade de vida da Mariana”.

Afirmou, ainda, que as lideranças das escolas são uma parte importante no processo de Inclusão das crianças e jovens portadores de deficiência e com necessidades educativas especiais, pois o acolhimento destas crianças, feito com a normalidade desejada, é deveras fundamental para a prática e vivência diárias na escola e para a efetiva inclusão no espaço escolar.

Por fim, admitiu que, como mãe de uma criança que não fala e que, por isso mesmo, não consegue expressar o seu dia a dia escolar e as necessidades que foram sentidas, aprendeu a ter confiança em toda a comunidade educativa, e isso é reconfortante, e só se consegue acreditando que a Mariana está num verdadeiro processo de inclusão e verdadeiramente integrada na escola /comunidade educativa. Realçou a necessidade de toda a sociedade conhecer as problemáticas destas crianças e, assim, serem esbatiadas as barreiras e os preconceitos que ainda existem nas pessoas, por isso é saudável dar a conhecer estes exemplos, para deste modo, se criarem condições sociais para que estas crianças possam ser mais felizes!

#### A Escola Inclusiva não existe em Portugal, afirmou Mário Nogueira

O último a intervir no debate foi Mário Nogueira, que afirmaria a dado passo:

“ Este ano letivo foi o ano que começou com menos professores colocados, trazendo, por isso, inúmeros problemas às escolas e ao sistema educativo, principalmente neste caso do ensino e educação especial”. Realçou que a FENPROF não está nesta iniciativa, porque “amanhã, (dia 3 de dezembro) é o Dia Internacional de Pessoa com Deficiência”. A FENPROF está nesta iniciativa, porque “acredita e defende a escola inclusiva e quando a CNOD desafiou a FENPROF para esta iniciativa, foi logo abraçado este projeto”.

O Secretário Geral da FENPROF afirmou, noutro momento, que “ a Escola Inclusiva não existe em Portugal, e não existe não é por culpa dos professores, dos pais, da comunidade, é, sim, por culpa dos Governos e dos políticos, que não querem que haja escola inclusiva em Portugal”.

Recordou que agora “após 3 meses de abertura do ano letivo ainda existem inúmeras crianças e jovens em casa, porque as escolas ainda não criaram condições para os receberem”, e isto acontece não por “falta de professores especializados, técnicos ou terapeutas, mas sim, porque é uma intenção deste Governo!”. Afirmou que não é com políticas economicistas que se resolvem os problemas inerentes à diversidade de alunos (com ou

Em 2014

## Semana Mundial de Ação para uma Educação para Todos

**A Confederação Nacional das Organizações de Deficientes (CNOD) e a FENPROF,** após a conclusão do Projeto “A importância da Inclusão social de crianças e jovens com deficiência” estão em condições de reafirmar, ainda com mais convicção, a elevada importância da Educação Inclusiva.

Neste 1º período (de outubro a dezembro) o projeto, de parceria entre a CNOD e a FENPROF e co-financiado pelo INR, percorreu o território nacional, concretizando-se através de uma exposição e um debate que se realizaram nas diversas regiões do país. Com o objetivo de sensibilizar a comunidade educativa e a sociedade em geral para a importância da Educação/Escola Inclusiva, esta iniciativa reuniu cerca de meio milhar de participantes nas 6 sessões realizadas (Évora, Castelo Branco, Santa Maria da Feira, Funchal, Lisboa e Ponta Delgada), destacando-se a presença de docentes, não docentes, estudantes, encarregados de educação e associações locais/regionais.

Após as denúncias feitas no início do presente ano letivo sobre a falta de condições a que se sujeitam os alunos com Necessidades Educativas Especiais, devido às restrições e medidas negativas impostas pelo MEC (salas separadas para os alunos com NEE, falta de docentes de

Educação Especial, falta de psicólogos, terapeutas, falta de assistentes operacionais, intérpretes de língua gestual, entre outros profissionais), nas várias sessões realizadas no âmbito deste projeto constatou-se que a situação, apesar de estar a terminar o 1.º período letivo, ainda prevalece em muitas escolas.

Da avaliação feita das 6 sessões, com base nas opiniões dos participantes, conclui-se ser necessário levar por diante mais iniciativas deste âmbito e em mais distritos do país. Por esta razão e porque em 2014 a Semana Mundial de Ação para uma Educação para Todos, iniciativa promovida pela Internacional de Educação, irá precisamente dedicar-se à problemática da Educação Inclusiva, a FENPROF envolver-se-á em iniciativas diversas e, nesse âmbito, para além de ações internas, irá denunciar à escala mundial a situação que, por responsabilidade de MEC e governo, se vive em Portugal. Sendo a situação negativa, como agora se confirmou, FENPROF, CNOD e também a Associação Portuguesa de Deficientes irão formalizar junto de UNESCO e OIT uma queixa contra o governo português, por desrespeito de compromissos assumidos internacionalmente, pondo em causa direitos fundamentais de alunos com NEE. ●



sem necessidades educativas especiais). Em relação aos Açores, realçou que os apoios educativos não estão a ser sistemáticos, mas sim lecionados de forma descontínua, pois os professores que se encontram nos apoios educativos são constantemente chamados para substituição de colegas.

Ora, essa prática inviabiliza o caráter do apoio especial e educativo, pondo em causa o trabalho de superação das dificuldades destes alunos. Afirmou mais à frente que a “Escola Inclusiva não significa ter somente os alunos na escola, significa, sim, ter respostas adequadas, nas mesmas condições de igualdade dos outros alunos, para que possam atingir os mesmos objetivos e que, por serem diferentes, necessitam de ter apoios diferenciados”.

#### Queixa à UNESCO e à OIT contra o Governo Português

No final da sua intervenção, o Secretário Geral da FENPROF anunciou que será

agendada uma conferência de imprensa onde serão apresentadas as conclusões finais desta iniciativa, que percorreu as várias zonas do País e onde serão divulgadas as novas formas de luta, em prol da Escola Inclusiva. Adiantou, ainda, que, “em janeiro, a FENPROF, juntamente com a CNOD, a APD e a Associação Pró Inclusão, irá apresentar uma queixa à UNESCO e à OIT contra o Estado Português, na pessoa do 1.º Ministro e deste Governo, por não fazerem o que assinaram, em 1994, que é a defesa e promoção da Escola Inclusiva prevista na Declaração de Salamanca.”

Também referiu que, de 4 a 10 de maio de 2014, se vai realizar a Semana Global da Educação, que, este ano, “debruçar-se-á sobre a Escola Inclusiva, sobre a Inclusão de pessoas com deficiência, afirmando que a FENPROF estará presente nesta ação a defender uma escola que tem que ser de **todos**: Pública e Democrática, onde as respostas sejam de Qualidade e Inclusivas!”

De seguida, deu-se espaço ao debate entre os participantes que fizeram perguntas e apresentaram experiências em prol da escola onde todos estejam incluídos e tenham a mesma igualdade de oportunidades.

Foi realçada a ideia de que, nos Açores, existe uma efetiva inclusão dos jovens portadores de deficiências no 1.º Ciclo do Ensino Básico e nos Jardins de Infância.

Porém, esta inclusão dilui-se, quando os alunos transitam para o 2.º e 3.º Ciclos e para o Ensino Secundário. Esta lacuna deveria ser colmatada nestes níveis de ensino, devendo os alunos continuar a usufruir de uma inclusão plena. Defendeu-se, também, que se deveria apostar mais na colocação e na formação dos agentes educativos: docentes, funcionários, técnicos e terapeutas. Todos juntos deverão continuar a trabalhar para uma escola verdadeiramente inclusiva. Escola de **todos** e para **todos**! | **Fernando Vicente**, Dirigente do SPRA ●

## Aposentados do SPRA avançam para os tribunais

Os professores e educadores aposentados, como os demais trabalhadores aposentados, têm sido vítimas de uma fortíssima desvalorização das suas pensões, decorrente, nomeadamente, da imposição de alteração da fórmula de cálculo, do agravamento do fator de sustentabilidade, do fortíssimo aumento da carga fiscal, da aplicação da CES, a par da eliminação ou fragilização de diversos apoios sociais a que tinham direito.

Este Governo, depois de roubar subsídios de férias e de Natal, de cortar em todas as pensões, nos sucessivos Orçamentos do Estado, quer por via de cortes diretos, quer por via do complemento extraordinário de solidariedade e da sobretaxa do IRS, vem agora roubar mais 10% a quem se aposentou até 2005 e mais 9% a quem se aposentou depois, mexendo em todas as pensões, mesmo nas que estão em pagamento. Se, como é repetido vezes sem conta, o valor médio das aposentações é superior ao valor médio das reformas/pensões de velhice, isso deve-se ao facto de, por um lado, os descontos incidirem sobre uma base salarial superior e, por outro, o número médio de anos de desconto ser superior na Administração Pública: 24,5 anos no setor privado e 36 anos no público. Já em relação à idade, a situação é semelhante, estando agora nos 65 anos.

#### Inaceitável

Como sublinha o Departamento dos Professores Aposentados do SPRA, é inaceitável que, mais uma vez, se mexa nas pensões, mentindo sobre a dita convergência das pensões entre público e privado. Com esta proposta, os aposentados da Administração Pública passarão a receber menos do que os do privado e continuarão intocadas as pensões douradas.

O Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPRA, em articulação com a FENPROF, decidiu:

- Recorrer aos tribunais, incluindo às instâncias europeias, em defesa da situação de aposentação e manutenção de direitos já consolidados;
- Solicitar reuniões urgentes ao Senhor Provedor de Justiça e à Senhora Procuradora-Geral da República;
- Enviar a todos os grupos parlamentares as decisões tomadas pelo 11.º Congresso Nacional dos Professores relativas à situação de aposentação;
- Criar, na sua página eletrónica, um sítio exclusivamente dedicado à situação de aposentação.

Entretanto, a FENPROF e os seus Sindicatos incentivaram os docentes aposentados a agirem juridicamente em defesa dos seus direitos. Assim, foi divulgada, junto dos docentes aposentados, uma minuta de Reclamação Graciosa a enviar por cada um à CGA, com vista a contestar, no plano tributário, os cortes efetuados este ano. Na decorrência das decisões da Reclamação, a FENPROF interpôs 12 ações em tribunal (6 no plano administrativo e 6 no plano tributário), nas seis regiões de intervenção dos seus Sindicatos (Porto, Coimbra, Lisboa, Beja, Funchal e Ponta Delgada), em representação abstrata de interesses coletivos, no caso dos docentes aposentados que estão associados aos seus Sindicatos.

#### Reduções, cortes, agravamentos: Uma ofensiva brutal contra os aposentados!

O Departamento dos Docentes Aposentados do SPRA recorda algumas das medidas já aplicadas, que têm provocado, sucessivamente, cortes nas pensões, com enormes prejuízos para os reformados e para a sua vida pessoal e familiar:

Redução, a partir de 2011, de 30% para 10% das despesas com a saúde que podem ser deduzidas no IRS;

Contínuos aumentos da taxa de contribuição dos aposentados para a ADSE – de 1% para 1,5%, de 1,5% para 2,25%, já este ano, e de 2,25% para 2,5%, em 2014;

Criação da chamada Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES), que não é mais do que um outro imposto que atinge todos os pensionistas com pensões iguais ou superiores a 1.350 €/mês, variando entre 3,5% e 40%. ●



**“Este Orçamento do Estado para 2014 é parte importante de um puzzle que há muito vem sendo desenhado e que ganha agora contornos mais claros com a apresentação, pelo governo, do chamado guião para a reforma do Estado, no qual, assumidamente, se afirma que o objetivo não é cumprir metas, mas alterar o modelo para um que aposte na privatização dos serviços públicos, em que Educação, Saúde e Segurança Social estão na linha da frente por não corresponderem às funções que o governo considera serem as nucleares do Estado.”**

**Da moção “Contra o OE proposto pelo Governo, apelo à luta por um Portugal com futuro!”, aprovada na Conferência Nacional dos Professores e Educadores Aposentados, Lisboa, 21/11/2013**



### Escolas públicas Tratamento discriminatório dos professores que trabalham com contratos a termo condenado pela Comissão Europeia

A Comissão Europeia instou Portugal a rever as condições de emprego dos professores que trabalham nas escolas públicas com contratos a termo. Esta decisão, divulgada recentemente, foi tomada na sequência do grande número de queixas recebidas. A Comissão alega que professores que trabalham com contratos a termo são tratados de forma menos favorável do que o pessoal efetivo com funções equivalentes. Em especial, estão a ser empregados ao abrigo de contratos de trabalho a termo sucessivos, durante muitos anos, o que os coloca em situação de emprego precário, apesar de exercerem essencialmente funções de pessoal efetivo. O direito nacional não prevê medidas eficazes com vista a evitar tais abusos. Além disso, recebem um salário inferior ao que é auferido pelo pessoal efetivo com experiência profissional equivalente. A Comissão Europeia considera que esta situação é contrária à Diretiva da UE relativa aos contratos de trabalho a termo. O pedido assume a forma de um parecer fundamentado no âmbito dos processos por infração da UE. Portugal dispõe, agora, de dois meses para notificar a Comissão das medidas tomadas para se conformar plenamente com o disposto na diretiva. De outra forma, a Comissão pode decidir instaurar uma ação contra Portugal no Tribunal de Justiça da UE. ●





## Docentes aposentados

# Uma Conferência Nacional apontada à ação

**A proposta de organização e lançamento de uma auscultação junto dos professores aposentados, com vista a identificar as suas prioridades reivindicativas e as suas disponibilidades para agirem com eficácia na defesa dessas matérias, é um dos pontos salientes da Resolução/Caderno Reivindicativo aprovado na 1ª Conferência Nacional de Professores e Educadores Aposentados, iniciativa da FENPROF, que decorreu no passado dia 21 de novembro, em Lisboa. O SPRA esteve representado nesta Conferência, dando um contributo expressivo para o seu êxito.**

Com cerca de duas centenas de delegados, dos quais 150 eleitos em todos os distritos do continente e nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores, a Conferência Nacional teve lugar no auditório da Escola Secundária Luis de Camões, que registou sala cheia. Também presentes vários convidados, incluindo representantes de organizações sindicais da Administração Pública, entre outras.

A assembleia magna dos docentes aposentados aprovou várias moções, nomeadamente, em solidariedade com os professores contratados, sobre o Orçamento do Estado 2014 e ainda sobre a prova de acesso à profissão (PACC) e os estímulos ao ensino privado por conta dos contribuintes.

A Conferência teve lugar num momento muito difícil para todos os aposentados e reformados portugueses que, naturalmente, incluem os docentes. A atual geração de professores aposentados constitui, em inúmeros casos, a última almofada social de familiares que

se encontram desempregados ou em situação de grande precariedade, a que, por norma, correspondem salários muito baixos. Por essa razão, os problemas que enfrentam hoje em dia refletem-se na sua qualidade de vida, mas também nas condições de vida de outras pessoas que em si se apoiam.

O problema principal que enfrentam os professores aposentados é, sem dúvida, a acelerada desvalorização das suas pensões, devido a diversas medidas que têm sido impostas pelo Governo, tema abordado em numerosos testemunhos de delegados. Intervindo na sessão de encerramento, Mário Nogueira condenou a ofensiva do Governo contra os reformados e, em particular, os violentos e injustos cortes nas suas pensões.

### “Nunca nos vergarão!”

O Secretário Geral da FENPROF alertou para as consequências das “políticas de desresponsabilização do poder central, no campo da educação”, apontando, entre outras expressões, os contratos de “auto-

nomia” – autêntico presente envenenado que ainda ilude alguns -, as privatizações, o “cheque-ensino”, os contratos de associação, o novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo e ainda a municipalização da educação.

Tudo isto, peças da mesma engrenagem: o desmantelamento da escola pública.

“Nunca baixaremos os braços. Nunca nos vergarão”, garantiu o dirigente sindical, que considerou “vergonhoso” o que se está a passar no nosso país com a situação de jovens e crianças com necessidades educativas especiais (NEE), ainda em casa por falta de apoio nas escolas, uma situação dramática, que é da total responsabilidade do Ministério de Nuno Crato.

Como revelou Mário Nogueira, a FENPROF irá apresentar junto de instâncias internacionais como a UNESCO uma queixa contra o Governo português, por desrespeito pela Declaração de Salamanca, assinada por Portugal.

O escândalo da prova de ingresso, no âmbito das políticas do MEC contra a profissão docente, foi também tema em destaque na intervenção do dirigente sindical.

O OE para 2014 e o Guião para a “reforma” do Estado, salientou o Secretário Geral da FENPROF, são peças que mostram que a política deste Governo é um “autêntico ajuste de contas com o 25 de Abril”.

### Pensões muito baixas

No quadro das diversas ações que têm sido levadas por diante pela FENPROF, destaca-se o recurso aos tribunais, quer contestando os cortes nas pensões, quer a contribuição dita de solidariedade. Recordar-se que muitos dos docentes aposentados viram a sua pensão muito reduzida logo que se aposentaram, por terem aderido ao regime antecipado de aposentação.

Em alguns casos, os novos cortes que entretanto surgiram tornaram o valor da pensão quase insuportável para a satisfação das necessidades básicas de vida desses docentes.

Como foi referido na Conferência, o Governo pretende fazer crer à opinião pública que os aposentados pesam demais nas contas do país, que comprometem o futuro das novas gerações, fingindo ignorar que os aposentados continuam a descontar para a Segurança Social. A sua estratégia passa por promover a divisão entre trabalhadores, entre setores e entre gerações, como alertou a Conferência.

Na verdade, o que o Governo pretende é destruir o Estado Social e entregar a Educação, a Saúde e a Segurança Social a interesses privados, ao serviço dos quais se encontra a triade Passos/Portas/Cavaco, conduzindo o país a um contínuo empobrecimento e, por consequência, a um retrocesso civilizacional muito grave.

### Ir à luta com todos!

Os participantes na Conferência organizada pela FENPROF defendem “um esforço particular para, a partir dos locais de trabalho e com expressão na dinâmica das direções sindicais, promoverem a convergência de todos os trabalhadores, no ativo ou aposentados, nas lutas que pretendam pôr fim às políticas de direita e levar à demissão do governo PSD/CDS”.

Os aposentados exigem o respeito que lhes é devido, pois, constituindo hoje uma parte significativa da população, continuam a contribuir, com a sua experiência, para a defesa dos valores democráticos e para a formação das novas gerações.

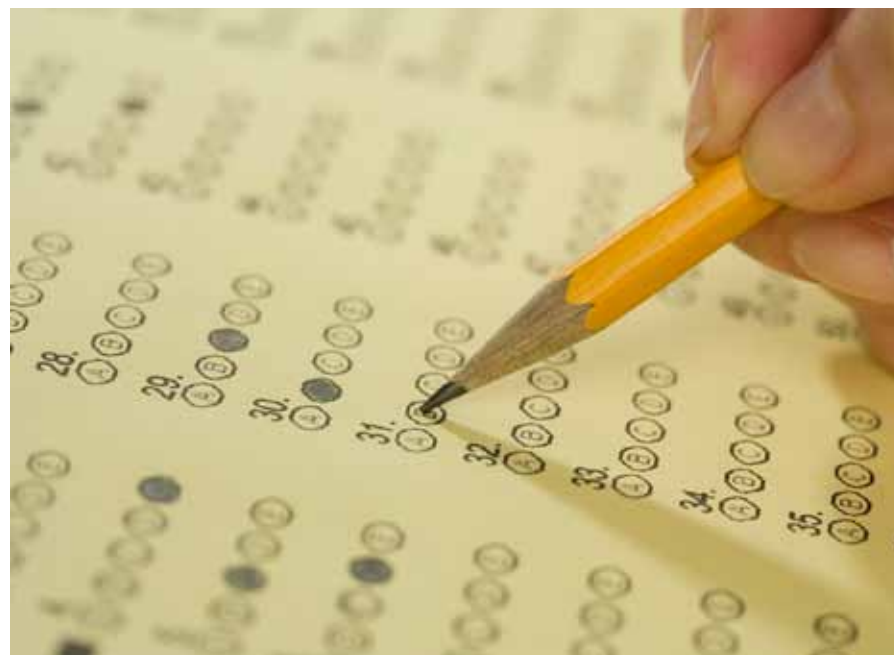
Nesta Conferência, a FENPROF aprovou o Caderno Reivindicativo dos Professores Aposentados (ver peça) e deu passos significativos na reestruturação do seu Departamento, criando condições para uma ainda maior e melhor intervenção sindical deste importante grupo de professores. Estas matérias suscitaram um vivo debate entre os delegados, dando origem a documentos enriquecidos por múltiplos contributos, que devem agora ser objeto de ampla divulgação.

A perspetiva de “ir à luta, com todos os trabalhadores” foi uma das notas salientes da Conferência, que decorreu sob o lema “O importante papel dos aposentados na sociedade e o respeito que lhes é devido”. | JPO ●



# Aí está para deitar fora professores dos quadros

Foi publicada (28/11/2013) a Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, que “estabelece o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas, visando a melhor afetação dos recursos humanos da Administração Pública.



Este diploma procede à nona alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, revogando a Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro” Em síntese, e para facilitar, aí está a “mobilidade especial”, disfarçada de “requalificação”, para, a partir do próximo ano letivo, afastar professores de carreira.

Esta “requalificação” a aplicar aos docentes dos ensinos Básico e Secundário e aos educadores de infância, a partir de 2014-2015, será feita “com as especificidades previstas em diploma próprio”

**Preparar-se-á o MEC para adotar a sugestão do FMI (aplicar uma prova aos professores)? Se outras razões não existissem, aí estaria mais uma para os professores se unirem contra a PACC**

[artigos 38.º (64.º-A) e 44.º do diploma]. Outra disposição que consta desta Lei é a seguinte: “Por iniciativa da Administração, pode ocorrer a mobilidade de docentes para outro estabelecimento de educação ou ensino ou zona pedagógica, independentemente do concurso, com fundamento em interesse público, decorrente do planeamento e organização da rede escolar, sendo aplicados os procedimentos definidos em diploma próprio” [artigo 37.º (64.º)].

Eis mais um profundo desrespeito pela ata negocial assinada entre o MEC e as organizações sindicais de professores, pois nela se estabelece que nenhum docente poderá ser transferido para uma distância superior a 60 quilómetros da sua residência, sem o seu acordo (ponto 1 da ata negocial)! A lei agora publicada omite essa referência. A FENPROF apresentará nova queixa à Procuradoria-Geral da República contra o MEC, por desrespeito pela ata negocial. Recordar-se que já corre na PGR um processo relativo ao desrespeito, pelo ministério, do que foi acordado e consta do ponto 6 daquela ata.

**Estarão Crato, Passos e Portas a pensar na sugestão do FMI?**

Como refere uma nota de imprensa divulgada recentemente pelo Secretariado Nacional da FENPROF, fica ainda por conhecer o critério para atirar professores dos quadros para a mobilidade especial/requalificação, apenas se sabendo que será por despacho do diretor-geral da DGAE, publicado em Diário da República. Preparar-se-á o MEC para adotar a sugestão do FMI (aplicar uma prova aos professores)? Se outras razões não existissem, aí estaria mais uma para os professores se unirem contra a PACC – que, o MEC pretende, para já, aplicar aos docentes sem vínculo –, contra a política do governo e pela sua urgente demissão.

Os docentes do Ensino Superior e os investigadores também se encontram abrangidos por esta lei [artigo 3.º], que estabelece que na sua aplicação “às instituições de ensino superior públicas são salvaguardadas, quando necessário, as adequadas especificidades em relação ao respetivo corpo docente e investigador, nos termos dos respetivos estatutos” [n.º 5 do artigo 4.º], redação ambígua e nada tranquilizadora, assinala ainda a FENPROF. ●



**“O Ministro Crato deve demitir-se ou garantir a devolução do indigno esbulho feito pelo Governo de que faz parte, com o apoio da maioria PSD/CDS!”, afirma a FENPROF.**

Uma boa parte das verbas assim indevidamente cortadas são receitas próprias das instituições, por estas se verem obrigadas a usá-las para pagar salários e outras despesas correntes e de investimento, e, assim, tentar compensar sucessivos cortes orçamentais. Entre as receitas próprias destinadas a salários estão, claro está, as propinas: uma parte destas é subtraída agora, a pretexto dos cortes salariais, violando, de forma mais grave, a Lei do Financiamento do Ensino Superior, que estabelece que as propinas se destinam ao acréscimo da qualidade do ensino.

## Ultrapassando todas as marcas...

**Governo não perde uma oportunidade para cortar nos orçamentos, penalizando o ensino superior público e o país**

A FENPROF exige a reposição dos 42 milhões de euros arditamente subtraídos ao Ensino Superior público, sob pena de graves prejuízos para o cumprimento das suas missões. O Primeiro-Ministro reconheceu, em reunião com o CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas), que o Governo tinha cortado mais 30 milhões às universidades (42 milhões, incluindo os Institutos Politécnicos) do que o justificado pelo acentuar da redução salarial, mas não se comprometeu perante os reitores a restituí-lhes essa verba.

A pretexto dos novos cortes salariais, o que o Governo fez foi retirar dos orçamentos das instituições públicas de Ensino Superior um montante correspondente a 6,5% – a média do agravamento dos cortes salariais ao nível de toda a Administração Pública –, quando essa média, no caso das instituições do ensino superior, é de cerca de metade. A justificação dada pelo PM foi a de que – imagine-se! – o Ministério das Finanças não tinha meios técnicos para fazer as contas! Já quando se tratou, em 2011, de retirar

dos orçamentos das instituições do Ensino Superior o correspondente aos cortes salariais então impostos, numa média de 5% em toda a Administração Pública, o Ministério das Finanças, como esses cortes eram, no Ensino Superior, bastante acima da média, na ordem dos 9% (a maioria dos docentes e investigadores viu os seus salários cortados pelo máximo, que atingiu os 10%), não teve qualquer problema em fazer as contas, porque isso lhe convinha, recorda a FENPROF, em nota de imprensa recentemente divulgada pelo seu Secretariado Nacional.

Agora, acrescenta, como os novos cortes salariais têm uma base de incidência mais alargada, afetando percentualmente mais o pessoal menos remunerado e sendo de 2 pontos percentuais o acréscimo aplicado aos cortes nos salários da maioria dos docentes e investigadores, que passam de um corte de 10% para um de 12%, já não lhe convém fazer as contas e aplica a média geral de 6,5%, que é bastante superior! Com este expediente, corta em todo o sistema mais 42 milhões de euros do que o justificado pela diferença dos cortes salariais.

### Indigno

Com este novo corte nos orçamentos, uma boa parte delas vai diretamente para os cofres do Estado, a título de impostos indiretamente extorquidos aos estudantes e às suas famílias, refere ainda a nota sindical, que acrescenta:

“Não contente com o rombo que provoca nas finanças individuais de cada um dos profissionais do setor público do Ensino Superior, o Governo aproveita ainda a imposição de um acréscimo nos cortes salariais, como pretexto para cavar mais nos orçamentos das instituições, prejudicando duplamente o setor, ao degradar as condições de ensino e de investigação e ao pretender forçar as instituições a “requalificar” trabalhadores, isto é, a enviar para a mobilidade especial, com cortes de 60%, ou mais, nos seus salários.”

É indigno do País que o seu Ministro da Educação e Ciência, que todos os dias enche a boca com exigência e rigor, seja conivente e promotor de uma operação de puro e simples esbulho de orçamentos fixados, no mês de agosto, após um período de negociação com os reitores e presidentes dos Institutos Politécnicos, e que já impunham cortes às instituições, sublinha a Federação.

A FENPROF exige do Ministro Crato que resolva esta questão, que entregue às instituições de Ensino Superior o que lhes foi indevidamente usurpado, ou que se demita para não ficar para a História como um trampoleiro, como aquele que mais prejudicou o Ensino Superior e a Ciência e pior tratou um setor estratégico para o desenvolvimento do País e para a saída da crise. ●



## Ensino Superior Público

# Comunidade académica alerta contra os cortes

Sindicatos e Associações de Estudantes e de Bolseiros entregaram, no passado dia 20 de novembro, ao Presidente da República e à Presidente da Assembleia da República, um Apelo contra os cortes no Ensino Superior Público. As várias organizações presentes sublinharam a sua profunda preocupação com a sustentabilidade, nos tempos mais próximos, das instituições do Ensino Superior público e Ciência.

Em Belém, a delegação foi recebida pela Dra. Suzana Toscano, Assessora do Presidente da República, e em São Bento pelo Dr. Ferro Rodrigues, Vice-Presidente da A.R. João Cunha Serra (FENPROF) salientou à comunicação social a grande preocupação da comunidade académica

e científica, face aos cortes previstos no Orçamento do Estado para 2014. O Apelo entregue em Belém e em São Bento é subscrito pelas seguintes organizações: Federação Nacional dos Professores (FENPROF), Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), Federação Nacional da Educação (FNE), Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS), Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico (AEIST), Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (AEISCTE-IUL) e Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC). As organizações signatárias de docentes, investigadores, estudantes, funcionários não docentes e não investigadores, re-

presentativas, ao nível nacional, de toda a comunidade académica e científica do Ensino Superior público, alertaram, junto de Belém e do Parlamento, para as dramáticas consequências do corte de 42 milhões de euros ao setor, em 2014, de acordo com dados divulgados pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP). Recorde-se que, a par daquele montante, há ainda a brutal redução salarial do setor, no quadro da ofensiva lançada contra os trabalhadores da Administração Pública. É necessário, sublinham aquelas organizações, “afastar as ameaças mais graves que impendem sobre a qualidade e a relevância social do conjunto do sistema e a séria instabilidade que se vive no mesmo” | JPO ●



## Duas perguntas ao Secretário Geral da FENPROF

### “Que ninguém fique de fora, pois a luta é de todos!”

**Com um governo que revela, em cada medida, uma enorme insensibilidade social, um défice que só baixa através de engenharias financeiras dos orçamentos rectificativos e juros anuais do resgate da *troika*, superiores a 9.000 milhões, de que forma é possível sair desta situação?**

**Mário Nogueira (MN):** Um primeiro passo será a demissão do governo, pois ainda que venha a revelar-se insuficiente, essa é condição necessária. Depois, é necessário termos um governo que bata o pé a este caminho de exploração e empobrecimento forçados e exija a renegociação da dívida, em todas as suas componentes (montante, juros, tempo...) e não apenas no tempo. Há exemplos de outros países em que isso aconteceu e foi a única forma de garantir o seu futuro. A dívida, tal como está, não é pagável e

por cada dia que passa a situação dos portugueses é mais grave. Aliás, até o FMI, a comissão europeia ou o Banco de Portugal já manifestaram preocupação em relação à situação e disseram reconhecer erros.

Mas quando chega a altura de continuarem a encher os bolsos dos mesmos de sempre – o capital financeiro – à custa dos habituais – os trabalhadores e reformados – lá se vai a conversa e aí estão mais medidas e mais roubos.

O Orçamento do Estado que o governo apresentou não é mais do que um verdadeiro assalto organizado pelos membros do governo, não se estranhando que, de vez em quando, haja vozes que consideram que a penalização dos atuais membros do governo deveria ser mais que política...

**Que apelo achas que deve ser feito aos professores e investigadores para as lutas que temos pela**

**frente, já anunciadas, e outras que inevitavelmente se seguirão?**

**MN:** Que ninguém fique de fora. A luta não é mais de uns do que de outros; a luta não é dos que votaram neste ou naquele partido, como não é dos que professam esta ou aquela religião ou são ou não sindicalizados. A luta é de todos, porque é o futuro de Portugal que está a ser posto em causa, é o futuro dos nossos filhos que é posto em cheque.

Não poderia uma geração que herdou Abril após uma longa e penosa luta dos seus pais, ter para oferecer aos seus filhos duas mãos cheias de nada e um país sem futuro. Seria razão suficiente para que os nossos filhos nunca nos perdoassem esse comportamento comodista e irresponsável. Por isso, repito, que ninguém fique de fora, pois a luta é de todos. ●

Da entrevista recentemente concedida por Mário Nogueira à página da FENPROF



## A propósito do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres

# As múltiplas faces de uma realidade que exige redobrado combate e firme denúncia

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (JORNALISTA)

**Infelizmente – e este é o balanço do jornalista que acompanhou via net as notícias de todo o mundo sobre a efeméride – a passagem de mais um Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que se comemora a 25 de novembro, não teve o impacto e a expressão que a gravidade do problema exige de toda a sociedade. Múltiplas organizações não-governamentais tomaram a iniciativa e alertaram para o drama quotidiano da violência**

**sobre as mulheres, mas da parte dos governos - com o de Passos e Portas à cabeça – ficou-se pelo habitual e cínico encolher de ombros, doseado com o clássico sorriso amarelo de quem tem a consciência de que, com as suas políticas de incentivo à precariedade e ao desemprego, acaba por estimular diretamente formas de violência. Deixamos à apreciação dos nossos leitores um A a Z, que poderá contribuir para uma reflexão sobre a matéria.**





## A AGRAVAMENTO

Os casos de violência doméstica (física ou psicológica) persistem e registam mesmo um agravamento, em grande parte, devido a uma realidade económica e social profundamente marcada pelo desemprego, pela insegurança e ausência de perspetivas, na qual ainda permanecem práticas e mentalidades de dominação sobre as mulheres.

## ARTICULAÇÃO

Às situações de violência doméstica, está muitas vezes associado o consumo abusivo de álcool e de outras substâncias psicoativas, que impõem a necessidade de articulação em diversos serviços públicos – Segurança Social, Saúde, Ensino e

Justiça. Serviços públicos, esses, que estão a ser fortemente destruídos em Portugal, através das políticas atuais e das previstas no Orçamento de Estado para 2014.

## B BAIXOS SALÁRIOS

As mulheres sofrem, de uma forma particular, com os baixos salários – o Salário Mínimo Nacional (485 euros) tem uma maior incidência sobre as mulheres (16,6% face a 10,1% dos homens) –, com a falta de equipamentos públicos de apoio à família (crianças e idosos), com a destruição do Serviço Nacional de Saúde, da Segurança Social pública e universal, da Escola Pública.

## C CÓDIGO PENAL

O facto de ser considerada crime público e constituir matéria do Código Penal, a prevenção da violência doméstica não se resolve através da denúncia dos casos observados ou conhecidos, mas através de programas de formação de combate à violência, que deverão ser implementados nas escolas, nos meios de comunicação social, nomeadamente, nos conteúdos programáticos das televisões, na publicidade, na difusão de uma cultura de solidariedade e de condenação a todas as formas de violência, exigindo uma postura mais interventiva das autoridades, o que requer formação adequada dos agentes, atribuição de meios e uma proteção maior das vítimas.

## D DESEMPREGO

As mulheres que perdem o seu emprego, que engrossam as estatísticas do desemprego ou que delas são suprimidas, mesmo continuando sem emprego, ficando em situação de pobreza, por vezes extrema, são mais vulneráveis à exclusão social, como demonstra a realidade em Portugal.

## DUBLIN

A cidade de Dublin vai acolher neste novo ano de 2014 a 2ª Conferência Mundial da Mulher, promovida pela Internacional de Educação (IE). A iniciativa decorrerá de 7 a 9 abril. “Mulheres nos sindicatos e na Educação: das palavras aos atos” é o lema do grande encontro de abril.

## E EDUCAÇÃO SEXUAL

A CGTP-IN reclama a implementação e o fomento da universalização da Educação Sexual em todo o sistema de ensino e da temática da Igualdade entre mulheres e homens, de forma sistematizada e continuada na organização do sistema educativo, nomeadamente, nos programas, nas práticas pedagógicas e nos manuais escolares.

## EMIGRAÇÃO

Sem trabalho, sem proteção social no desemprego ou sem perspetivas de sair dessa situação, muitas

desempregadas voltam-se para a emigração forçada (um terço do total que sai do país).

## F FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A CGTP-IN defende a efetivação do mínimo legal das 35 horas anuais de formação profissional, tendo em atenção a formação em função dos postos de trabalho, as pessoas com qualificações e habilitações mais baixas e nas faixas etárias mais elevadas.

## FUNDAMENTO

A 6.ª Conferência sobre Igualdade entre Mulheres e Homens, promovida pela CGTP-IN, no passado mês de junho de 2013, reconhece que é no local de trabalho que assenta o fundamento essencial da ação sindical, nos sectores privado, público e empresarial do Estado, designadamente, em defesa da igualdade e da não discriminação entre mulheres e homens trabalhadores. É no local de trabalho que se estrutura a organização sindical, que reside a capacidade reivindicativa, que se afirma a unidade na ação das trabalhadoras e dos trabalhadores, na luta pelos seus direitos e pela transformação social.

## G GARANTIA

O movimento sindical exige a garantia da efetivação dos direitos de maternidade e paternidade, como valores sociais eminentes, reclamando a deslocação aos locais de trabalho da ACT e das demais entidades inspetivas, com a finalidade de comprovar as práticas discriminatórias e proceder ao levantamento de processos de contraordenação e eventual aplicação de coimas, punindo as entidades infratoras, sejam públicas ou privadas.

## H HORAS EXTRA

O ritmo frenético das linhas de produção, a pressão das chefias, o excesso de horas extra, entre outras, criam condições de trabalho insuportáveis, onde ressaltam cada vez mais o assédio moral e sexual como mecanismos de pressão violenta sobre as mulheres trabalhadoras.

## I IMPENSÁVEL

“Parece impensável que, para além de tudo o resto que se relaciona com a abjeta “prova” (de acesso à profissão), o MEC ainda ouse atentar contra direitos especialmente sensíveis como os de parentalidade e princípios como o da igualdade entre mulheres e homens no acesso ao trabalho e ao emprego”, alertava o Secretariado Nacional da FENPROF no passado dia 12 de dezembro. “Apesar de haver uma indicação para que, nessas situações, as/os docentes contactem o Júri Nacional da Prova, há quem o tenha feito de forma insistente sem obter, até hoje, qualquer resposta. Está aqui criado um fator acrescido e particularmente condenável de ansiedade da responsabilidade exclusiva do MEC”, referia ainda a Direção da FENPROF.

## IMIGRANTES

Existe uma maior exposição e vulnerabilidade das mulheres imigrantes ao trabalho clandestino e forçado, ao assédio e tráfico sexual, a trabalhos precários e remunerações desiguais.

## J JOVENS

A juventude tem um papel fundamental na denúncia e no combate a todas as formas de violência sobre as mulheres.

## L LUTA

Hoje e todos os dias, com indignação, protesto, proposta e luta, temos que intervir para que a exploração e a violência contra as mulheres sejam definitivamente erradicadas. O SPRA está presente neste combate!

## M MATERNIDADE

A Carta Reivindicativa aprovada na 6.ª Conferência sobre Igualdade entre Mulheres e Homens, elaborada pela Inter, em junho de 2013, defende a despenalização absoluta, na aferição da assiduidade, através de sistemas de avaliação do desempenho, ou outros, das ausências motivadas pelo exercício dos direitos de maternidade e paternidade, para efeitos de atribuição de “prémios” ou outras retribuições variáveis, no sector privado, no sector

público e no sector empresarial do Estado. No mesmo documento, é salientada a importância da defesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS), garantindo o seu acesso universal e a qualidade dos serviços prestados, como um direito social inalienável para todas as pessoas ao longo da vida.

## MEDO

Não é possível haver desenvolvimento, paz ou progresso quando as mulheres vivem com medo da violência, que acontece nos espaços públicos e privados e não é só agressão física, é também psicológica e moral.

## N NÚMEROS (EXPRESSIVOS)

São mulheres a maioria dos beneficiários dos valores mínimos das prestações de desemprego e das prestações sociais. São maioritariamente mulheres (52%) as titulares do RSI (Rendimento Social de Inserção).

Participação de situações de violência doméstica às forças de segurança no ano de 2012 em Portugal: 26.084

## O OITENTA E CINCO POR CENTO

Em Portugal, 85% das vítimas são mulheres. Os registos policiais de ocorrência revelam um número significativo de casos provenientes das classes alta e média alta, contrariando a tese de que a violência contra as mulheres é apenas o resultado de uma cultura de pobreza ou da baixa escolaridade.

## P POLÍTICAS

As políticas seguidas, de retrocesso social e civilizacional, provocam um aumento dramático e incontrolado do desemprego, de salários em atraso, de precariedade laboral, de pobreza e exclusão social, que afeta todos os trabalhadores e, em especial, as mulheres. Impõe-se cada vez mais a mudança de política e de governo, que possibilite, entre outras, a articulação de outras políticas económicas, laborais e sociais e uma ação global e transversal orientada para a redistribuição da riqueza e para a erradicação das fortes desigualdades, discriminações, exclusões, desemprego, pobreza e todo o tipo de violências existentes.





## Q QUEM RESPONDE?

Os sucessivos governos demitiram-se das medidas de prevenção das causas da violência doméstica, que conjuga fatores culturais e de ordem económica e social, e transferem a responsabilidade para a sociedade.

## R RESPONSABILIDADE

A violência contra as mulheres não é apenas um assunto das mulheres, é uma responsabilidade de todos nós.

## S SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

O movimento sindical unitário reivindica a garantia de atribuição do subsídio social de desemprego, enquanto durar o período de crise, a todas as mulheres e homens desempregados que tenham cessado as respetivas prestações e a indexação do subsídio de desemprego ao SMN (Salário Mínimo Nacional) e não ao IAS (Indexante de Apoios Sociais), bem como a reposição dos seus anteriores prazos de atribuição.

## T TRÁFICO

O tráfico de seres humanos (normalmente destinado à exploração sexual, à extração de órgãos ou à exploração no trabalho) tem, segundo as Nações Unidas, como objetivo mais

significativo, a exploração sexual, a prostituição (79%) e, dentro desta, as vítimas são maioritariamente mulheres (90%), sendo cerca de 50% menores de idade.

## U UNANIMIDADE

Se há unanimidade em considerar que a violência doméstica é inaceitável, os mecanismos para a combater e erradicar não são coincidentes. E da parte de sucessivos governos, a incompetência tem andado associada a políticas incoerentes, com muitas intenções a ficarem apenas pelo papel...

## V VIOLÊNCIA

A CGTP-IN destaca, nas suas tomadas de posição, vários tipos fundamentais de violência contra as mulheres: violência da precariedade, violência do desemprego, violência das condições de trabalho, violência da exclusão social e violência doméstica. Contrariando o senso comum, as pesquisas indicam que um dos lugares menos seguros para as mulheres é a sua própria casa.

## X RECUANDO AO SÉCULO XX (25/11/1960)

O Dia Internacional que se assinala tem origem na homenagem às irmãs Mirabal (Maria Teresa, Pátria e Minerva), presas, torturadas e

assassinadas em 25 de novembro de 1960, por serem opositoras políticas da ditadura de Rafael Trujillo, na República Dominicana.

Em 1999, a Assembleia-geral das Nações Unidas (ONU) designou oficialmente o dia 25 de novembro como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. Catorze anos depois, a violência – e, em muitos casos, a simples ameaça da mesma – é uma das barreiras mais significativas para a plena igualdade das mulheres.

## Z ZERO

**Zero – ou para lá a caminhar... – é, na verdade, quanto valem as políticas de sucessivos governos em matéria de prevenção das causas da violência doméstica. Hoje e todos os dias, com indignação, protesto, proposta e luta, o movimento sindical intervém para que a exploração e a violência contra as mulheres sejam definitivamente erradicadas. Esta é, sem dúvida, um desafio dos nossos tempos e uma componente importante da luta geral dos trabalhadores e das trabalhadoras.**

**A FENPROF apresentou recentemente um conjunto de questões ao MEC sobre o programa de rescisões que este propôs. As respostas não deixam qualquer dúvida: trata-se de um programa de despedimento sem direitos, com o acordo do despedimento. Senão vejamos:**

### 1 Terão os docentes que rescindirem, direito a subsídio de desemprego? A regra geral não prevê, mas qual será a decisão para este programa setorial específico?

Não há lugar a atribuição de subsídio de desemprego, quer para docentes subscritores da Caixa Geral de Aposentações, quer para docentes abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

A celebração do acordo de rescisão previsto no artigo 255.º e seguintes do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado em anexo à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, na redação vigente, não configura uma situação de desemprego involuntário caracterizável nos termos do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro.

### 2 Qual a tributação que recairá sobre a indemnização ao docente? De acordo com o que foi visto na reunião, será apenas a que remanescer de 1 mês por ano de indemnização, tal como acontece no regime geral?

Às situações em apreço é aplicável o disposto no Código do IRS. De onde resulta, como regra geral, que o trabalhador que rescindir o contrato de trabalho apenas terá que pagar IRS sobre o valor da diferença entre a compensação recebida e a compensação que receberia caso a regra a aplicar fosse de 1 salário (remuneração base mais suplementos regulares) por cada ano de antiguidade. Para mais informações, consultar a alínea e) do n.º 3 e n.ºs 4 a 7 do artigo 2.º do Código do IRS.

### 3 Existe algum teto a aplicar aos docentes? Tal como foi esclarecido na reunião, não haverá...

Não se encontra definido nenhum limite máximo para o montante da compensação a auferir pela cessação do contrato de trabalho em funções públicas por mútuo acordo, ao abrigo do Programa setorial a criar pelo texto da Portaria em apreço.



## Despedimento sem direitos

### “Rescisões amigáveis”

# As respostas do MEC às perguntas da FENPROF

### 4 A remuneração base é a que está estabelecida na lei, sem os cortes salariais, ou a que já tem cortes? Se for a “remuneração base” não terá qualquer corte. Confirma-se isso?

As condições remuneratórias resultam da remuneração base, após aplicadas as reduções remuneratórias vigentes no momento da determinação da compensação.

### 5 O docente que rescindir manterá o direito a aposentação antecipada? A regra geral não prevê, mas qual será a decisão para este programa setorial específico?

Os docentes que aderirem ao Programa podem solicitar a aposentação, quando atingirem a idade legal, e não a aposentação antecipada. O docente cessa a relação jurídica de emprego público e não mantém a qualidade de subscritor da Caixa Geral de Aposentações, condição para solicitar aposentação antecipada.

### 6 Poderão estes docentes continuar a descontar para a CGA, obtendo, assim, mais tempo de serviço? A regra geral não prevê, mas qual será a decisão para este programa setorial específico?

O docente que aderir ao Programa perde a qualidade de subscritor da CGA, pelo

que não pode manter os respetivos descontos.

### 7 O docente mantém o direito à ADSE? Em que condições? Sim, desde que o professor fique a descontar mensalmente um valor correspondente a 2,5% do seu último salário, antes de ter rescindido. É correta esta interpretação?

O docente mantém o direito à manutenção da inscrição na ADSE, nos termos a definir por diploma, cuja publicação se prevê para breve. Do referido diploma resulta que a manutenção da inscrição está dependente do pagamento do mesmo montante que qualquer trabalhador em funções públicas, tendo por referência a remuneração auferida no mês anterior à data de cessação de funções.

### 8 Estas rescisões serão apenas para docentes que dependem do MEC? A ser respeitada a regra geral deverá poder aplicar-se aos docentes de outros ministérios, pois o pessoal técnico abrangido até agora é de todos os ministérios.

O Programa criado pela Portaria em apreço destina-se apenas aos docentes que integrem estabelecimentos de educação ou de ensino dependentes do MEC. ●





### Recortes de imprensa

## Crianças portuguesas são das que mais sofrem com a crise

Foram pelo menos 500 mil as crianças e jovens que perderam o direito ao abono de família, entre 2009 e 2012, e muitas outras viram o seu valor ser reduzido. Esta medida, juntamente com a política de austeridade, está a fazer aumentar a taxa de risco de pobreza entre as crianças portuguesas e o número de pedidos de ajuda registou um “aumento sem precedentes”, alerta um relatório da Unicef.

O documento, citado pelo Jornal de Notícias e pelo Expresso, foi elaborado pelo comité português deste organismo das Nações Unidas para a infância e relata que, em 2011, a taxa de pobreza entre crianças subiu para 28,6%, pelo que volvidos quase dois anos poderá estar ainda pior. Este valor tem em consideração que 46 mil famílias perderam o direito ao rendimento social de inserção, “afetando em particular as crianças de meios mais pobres” e levando a “um aumento sem precedentes” do número de pedidos de apoio e assistência. A situação refletiu-se, por exemplo, no número de casos que chegou às comissões de proteção de crianças e jovens, que aumentou 65%, em 2012 — o que coloca o país na causa da lista da Europa a 27.

O relatório refere que estamos a assistir, com as medidas tomadas, a “retrocessos” que “levaram à negação ou violação dos direitos económicos, so-

ciais, culturais [...] das crianças e jovens”, que, pela sua vulnerabilidade, deveriam ser protegidos, cita o Jornal de Notícias.

Os especialistas da Unicef apelam, por isso, a mais vigilância sobre as consequências das medidas de austeridade tomadas pelo Governo, já que estão a afetar áreas básicas como a alimentação, saúde e educação. E lembram que o país tem como obrigação assegurar os tratados internacionais que ratificou sobre os Direitos das Crianças.

O documento contou com vários inquéritos no terreno, entrevistas e análise às políticas públicas portuguesas, adianta o Expresso, que diz que o relatório vai ser discutido em breve na ONU.

Já em abril, um relatório da Unicef indicava que mais de 25% das crianças portuguesas viviam em privação material, segundo um documento que avaliava o bem-estar das crianças nos países ricos.

A lista mediu as dificuldades de acesso das crianças de 26 países a pelo menos dois de uma lista de 14 itens: desde o acesso a três refeições por dia à possibilidade de celebrar aniversários. Portugal surgia em 23.º lugar, acima apenas da Lituânia, Hungria e Roménia, enquanto Espanha se “segurava” num 10.º lugar. Porém, os dados tinham como base o ano de 2010, quando muitos dos efeitos da crise ainda não eram sentidos. | **Público**, 15/10/2013 ●

## Que Europa, que país temos?

### Um em cada quatro portugueses em risco de pobreza

Um quarto da população portuguesa encontrava-se em risco de pobreza ou de exclusão social em 2012, situando-se este valor, de 25,3% da população total, em linha com a média da União Europeia, de 24,8%, segundo dados do Eurostat.

De acordo com os números divulgados pelo gabinete oficial de estatísticas da UE, o número de cidadãos europeus ameaçados de pobreza ou exclusão social voltou a subir atingindo os 124,5 milhões de pessoas, o equivalente a 24,8% da população total da União, mais meio ponto percentual (24,3%).

Relativamente a Portugal, registou-se uma subida de quase um ponto percentual entre 2011 e 2012, com o número de pessoas a enfrentarem risco de pobreza ou exclusão social a subir de 24,4% para 25,3% da população, o equivalente a 2,7 milhões de pessoas (ainda assim abaixo dos 26,0% de 2008, altura em que o valor de Portugal era quase dois pontos e meio superior ao da média da União, de 23,7%).

Na elaboração destas estatísticas, o Eurostat tem em conta três formas de exclusão, incluindo na categoria de pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social uma pessoa que se confronte com, pelo menos, uma delas: pessoas em risco de pobreza, pessoas em situação de privação material grave e pessoas que vivam em agregados familiares com muito fraca intensidade de trabalho.

Em Portugal, o valor mais elevado encontra-se na categoria de pessoas em risco de pobreza (17,9%, acima dos 17% da média comunitária), ou seja, aquelas que vivem num agregado familiar que disponha de um rendimento anual líquido inferior a 60% do rendimento mediano (por adulto equivalente) no país, após pagamentos de contribuições sociais.

Em termos gerais, as maiores proporções de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social registavam-se na Bulgária (49%), Roménia (42%), Letónia (37%) e Grécia (35%), e as mais baixas na Holanda e República Checa (ambas com 15%) e Finlândia (17%). | **Lusa**, 5/12/2013 ●



### 26 de novembro foi Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta em todo o país

## Alto aí, os portugueses não vão em cantigas!

Um passo importante na caminhada firme e decidida para tornar cada vez mais próximo o fim deste Governo imoral e mentiroso que todos os dias destrói mais uma parcela do país, agrava a exploração e o roubo aos trabalhadores e pensionistas, lança no desemprego milhares de homens e mulheres, condena os jovens à emigração forçada, atira cada vez mais famílias para a miséria, a pobreza e a exclusão social — foi assim que a CGTP-IN fez o balanço do Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta, que decorreu em todo o país, no passado dia 26 de novembro, em todo o país, o dia em que PSD e CDS aprovaram no Parlamento o Orçamento do Estado para 2014. Na Região Autónoma dos Açores, tiveram lugar ações na Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada.

A Educação é um dos alvos principais de um governo que tem por objetivo dismantlar a Escola Pública Democrática para entregar a empresários privados o que a Constituição da República impõe ao Estado. Faz parte da estratégia governamental asfixiar financeiramente o sistema público, reduzir-lhe ainda mais recursos e provocar situações de rutura, para, depois, poder afirmar que os privados fazem mais e melhor e, com esse argumento, oferecer-lhes ainda mais dinheiro dos contribuintes. Também os professores têm sido vítimas

principais das políticas de empobrecimento impostas pelo governo, sendo um dos setores em que o desemprego mais cresceu, os salários mais baixaram e as condições de trabalho mais se degradaram.

Com o OE para 2014, a situação agravar-se-á, levando a que alastrem as situações de rutura económica e social.

Por estas razões, a FENPROF e os Sindicatos de Professores que a integram desenvolveram um conjunto de iniciativas articulando a sua ação com a da CGTP-IN e Uniões de Sindicatos. Em todas as regiões, foi distribuído um folheto à população, junto às escolas, no qual se alerta para as consequências do Orçamento do Estado para 2014 na Escola Pública e se apela à defesa deste bem social.

Em Coimbra, vários dirigentes da FENPROF estiveram de manhã junto à Escola Secundária D. Dinis e à EB 2.3 da Pedrulha. Numa ação simbólica, depois de uma declaração à comunicação social sobre os efeitos nocivos do OE para 2014, nomeadamente, para a Educação e o Ensino Públicos, os dirigentes presentes queimaram este Orçamento. Mário Nogueira falou à comunicação social. “Este Governo está a destruir a escola pública com o corta, corta, corta, até à asfixia de todo o sistema de ensino público”, alertou o Secretário Geral da FENPROF.

Em Lisboa, o 26 de novembro, Dia de Indignação, Protesto e Luta, foi marcado pela concentração em S.Bento. “Este é um tempo que exige a participação de todos: trabalhadores com vínculos efetivos e precários, desempregados, reformados, aposentados e pensionistas, jovens, mulheres e todos os outros setores e camadas atingidos pela política de direita”, realçou o Secretário Geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, na concentração junto à A.R.

Como destacou a CGTP-IN, foram centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que participaram com grande determinação em centenas de ações de luta, por todo o país, desde greves e paralisações, plenários com saídas à rua e deslocações às respectivas administrações, manifestações e concentrações distritais, vigílias e desfiles em inúmeros concelhos e freguesias, concentrações e ocupações em inúmeras repartições de Finanças, Hospitais e outras unidades de saúde, delegações da Segurança Social, postos dos Correios (CCTT), escolas e delegações do Ministério da Educação, delegações do Instituto do Emprego, etc. etc. Em várias artérias rodoviárias promoveram-se, também, fortes buzinações contra o Governo.

A presença de muitos milhares de participantes na grande Concentração em Lisboa, frente à Assembleia da República, para rejeitar o Orçamento de Estado — autêntico pacote de terrorismo social que agrava os sacrifícios aos trabalhadores e ao povo — e o estrondoso buzinação que no final ecoou no largo de São Bento, simboliza a forte unidade dos trabalhadores e do povo e a sua firme disposição de prosseguir com ainda mais força a luta pela demissão deste Governo, regista ainda a Central sindical. | **JPO** ●





## Longe da vista, demasiado perto do coração?... Ansiedade de Separação – um desafio para crianças e pais

O aparecimento de sintomas de ansiedade é algo relativamente comum nas crianças, existindo, inclusivamente, alguns medos de cariz desenvolvimental, cujo aparecimento e manutenção se encontram intrinsecamente relacionados com o processo de crescimento e com o (necessário) confronto com os desafios que o mesmo implica. Surgem, complicam a vida dos petizes e, paralelamente ao crescimento, vão-se desvanecendo, não se constituindo, a prazo, como um problema que justifique atenção clínica.

A separação dos pais ou de outras figuras de referência afectiva e os medos que a mesma implica constituem um dos cenários ansiógenos com que todos tivemos que nos confrontar, aprendendo que, quando aqueles que de nós gostam estão longe da vista, continuam perto do coração, e que a distância não significa a colocação em risco da integridade física dos nossos, nem da integridade do vínculo afectivo que nos une ou um iminente abandono.

No entanto, e quando os sintomas ansiógenos adquirem maior frequência, intensidade e duração, e quando estamos afastados dos nossos significativos, tê-los longe, implica tê-los demasiado perto do coração, sentindo como demasiado possível a existência de uma fatalidade que conduza a um afastamento definitivo, podemos estar perante um quadro ansioso denominado Ansiedade de Separação.

A Ansiedade de Separação é clinicamente significativa, implicando desconforto e sofrimento nas crianças, obstaculizando o seu desejável processo de desenvolvimento sócio-afectivo e autonomização, bem como dificultando a construção de uma auto-estima sólida, que lhes reforce a perspectiva de sucesso no enfrentar dos diversos desafios que o crescimento implica, como, por exemplo, as transições de ciclos escolares, as perdas de pessoas afectivamente significativas, os divórcios de pessoas próximas ou a frequência de actividades extra-curriculares.

As crianças que apresentam um padrão de funcionamento que permite o diagnóstico de Ansiedade de Separação podem manifestar comportamentos de evitamento perante a possibilidade de se afastarem das figuras de vinculação (com especial destaque

para a mãe) ou de casa. Alguns exemplos típicos são a resistência ou recusa em ir para a escola, a permanecerem sozinhas, a dormirem sozinhas ou a passarem a noite fora de casa. Tipicamente, e após um início súbito e uma evolução insidiosa, as crianças desenvolvem medos persistentes de se separarem definitivamente das figuras de vinculação, nomeadamente, pela antecipação catastrófica que fazem de uma situação de morte, de um acidente grave ou de um abandono. Habitualmente, as crianças apresentam dificuldades na realização de tarefas ou actividades que, anteriormente, não apresentavam qualquer problema, o que tende a garantir uma dose de dúvida e incerteza aos pais, levando, por vezes, a um indesejável descrédito das queixas das crianças e, em casos mais extremos, a uma persistente desvalorização das mesmas, factor que se constitui como reforçador das dificuldades.

Nas situações em que a separação é iminente, ou quando a mesma ocorre, a criança com Ansiedade de Separação pode manifestar comportamentos muito alterados, de terror e medo intenso, sendo comum a existência de palpitações, hiperventilação, gritos ou choro. A resistência activa à separação, por exemplo, agarrando-se energicamente aos pais, ou as queixas de dores corporais são também comportamentos típicos e que poderão sinalizar a necessidade de uma avaliação.

É frequente surgirem fenómenos de ansiedade antecipatória, em que as crianças sentem níveis progressivamente mais intensos e incapacitantes de ansiedade, à medida que se aproxima a situação de separação ou quando se aproxima o momento em que voltarão a estar perto das figuras de referência.

O processo de tratamento da Ansiedade de Separação implica que seja construída uma relação terapêutica sólida com o Psicólogo Clínico, que permita que a criança se sinta segura em relação ao processo e, progressivamente, mais disposta a enfrentar os desafios que o mesmo implica. São criadas condições para que a criança aprenda a reconhecer, experienciar e gerir a sua ansiedade, bem como criadas oportunidades de desafio à resposta ansiosa que permitam que a criança aprenda a reduzir a



**A psicoterapia infantil é uma via preferencial para a redução do impacto negativo da Ansiedade de Separação**

sua ansiedade e adquira, ou recupere, rotinas quotidianas adaptativas. Importa promover as competências da criança no confronto e gestão das tarefas desenvolvimentais com que se confrontará de uma forma eficaz, adaptativas e promotora do processo de desenvolvimento.

Importa, igualmente, destacar que, nestes processos, os pais são aliados necessários, devendo constituir-se como actores dos mesmos, nomeadamente, pela forma como devem criar oportunidades de desafio da resposta ansiosa e como devem reforçar a criança e os seus comportamentos mais adaptativos. Para tal, é fundamental que os pais compreendam o funcionamento da Ansiedade de Separação, em geral, e do caso do seu filho, em particular, mormente os aspectos relacionados com a sua génese e com os factores de manutenção e flexibilização da mesma.

A psicoterapia infantil é uma via preferencial para a redução do impacto negativo da Ansiedade de Separação, permitindo que as crianças consigam gerir de forma adaptativa os momentos de separação das figuras significativas e consolidando a ideia de que estas, mesmo quando estão longe, continuam perto do coração, mas na medida certa! ●

\* **Filipe Fernandes** (Psicólogo Clínico do Centro de Intervenção Psicológica e Pedagógica - Angra do Heroísmo)  
“Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o Novo Acordo Ortográfico”  
[www.cipp-terceira.com](http://www.cipp-terceira.com)  
[www.facebook.com/CIPP.Terceira](https://www.facebook.com/CIPP.Terceira)

## Breves

### Inscrições até 13 de janeiro 8.ª edição do Conectando Mundos

“Conectando Mundos” é uma proposta educativa, na qual participam estudantes dos 6 aos 17 anos de idade, de escolas de vários países do mundo. Em 2012/2013, participaram 81 turmas portuguesas, de 68 escolas, envolvendo cerca de 1806 alunos e alunas, revela o Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC) O trabalho é desenvolvido através de uma plataforma digital, que propicia o trabalho colaborativo entre alunos/as. Todos os anos é trabalhada uma temática ligada à Educação para a Cidadania Global com propostas didáticas adequadas às diferentes idades. O tema deste ano é a injustiça alimentar: Sementes para um Mundo mais justo A responsabilidade da proposta é da Intermón Oxfam (Espanha), que conta, desde 2006, com a colaboração do CIDAC, da Oxfam Itália e da Inizjamed (Malta). ●



### Universidade dos Açores Mestrado em Ensino de História e de Geografia

Neste ano académico de 2013/2014, abriu, pela primeira vez, na Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, - no âmbito do novo enquadramento legislativo, que regula a Formação de Professores - o Mestrado em Ensino de História e de Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário. Trata-se de um momento histórico no relançamento da formação de Professores, na Região Autónoma dos Açores, para estes níveis de ensino, numa altura em que a apresentação, avaliação e acreditação de um projeto de Curso de Mestrado estão sujeitas, de acordo com a legislação em vigor, desde 2007, - e reafirmada, para além

de outros aspetos, no Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, - a um escrutínio muitíssimo rigoroso, aferido por critérios de análise de elevada exigência, “no quadro do sistema europeu de garantia de qualidade”. ●

### Brinquedos Apelo da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ponta Delgada

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ponta Delgada organizou

uma campanha de recolha de brinquedos, com o objetivo de os distribuir por crianças carenciadas. “Se não sabe o que fazer aos brinquedos que os seus filhos não usam, partilhe-os com outras crianças” - aqui fica o apelo daquela Comissão. Os contributos podem ser entregues nos seguintes locais, nesta quadra natalícia:

- Instalações da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ponta Delgada, sita à Rua Luís Soares de Sousa, n.º 21, 2.º;
- Hiper Solmar
- Supermercado Manteiga
- Armazém dos Brinquedos, sito na Rua Direita do Ramalho, n.º 79 / Armazém 1 ●

## CARTOON Henrique Monteiro





## Ponta Delgada

Arte Portuguesa (1840-2010)  
no Museu Carlos Machado

No âmbito da comemoração do centenário da fundação da coleção de arte do Museu Carlos Machado, está patente ao público uma exposição de arte portuguesa, com trabalhos dos séculos XIX e XX (de 1840 a 2010), estruturada nas valências do acervo da coleção, abarcando neste lato período temporal um total de cento e treze obras, repartidas entre escultura, pintura, desenho e fotografia, da autoria de quarenta e três artistas nacionais. O certame pode ser visitado até ao último dia de março de 2014.

Considerando a efeméride comemorativa em que se circunscreve a exposição, o veio condutor desta mostra pretende proporcionar um itinerário pela gradual evolução da coleção ao longo destes cem anos de existência, no intento de realçar a prevalência de artistas emblemáticos que figuram na coleção do museu, de que são exemplo Marciano Henriques da Silva (1831-1873), Duarte Maia (1867-

1922), Domingos Rebelo (1891-1975) e Canto da Maya (1890-1981) e, ao mesmo tempo, de revelar o diálogo atento de acompanhamento e atualização das sucessivas correntes e práticas artísticas.

O trajeto diacrónico pela coleção de arte levou a optarmos pela partição e disposição das 113 obras selecionadas, em quatro secções temáticas que intitulamos “Canto da Maya 1890-1981”; “1840-1930 Identidades”; “1940-1960 Forma - Signo” e “1970-2010 Código-Objeto-Espaço”. No piso -1 do espaço expositivo do museu, está patente a sala dedicada a Canto da Maya (1890-1981), escultor emblemático da modernidade artística nacional, no decurso da primeira metade do século vinte, representado na coleção com oitenta e uma peças.



Os núcleos “Identidades”; “Forma-Signo” e “Código-Objeto-Espaço” estão repartidos pelas três salas do piso 2, estruturados num intervalo criativo que se inicia no Romantismo de Marciano Henriques da Silva e encerra na arte conceptual de Victor Almeida.

De notar como relevante o facto de algumas das obras agora apresentadas no núcleo “Identidades” terem sido adquiridas para a inauguração da coleção, como é exemplo, entre outras, Gerânios e Malva-Rosa de Carlos Reis (1863-1940), obra que recebe o visitante à entrada da sala. Artistas de relevância histórica na coleção estão aqui representados, como Alfredo Keil (1850-1907), João Vaz (1859-1931), Veloso Salgado (1864-1945) e Domingos Rebelo (1891-1975).

## Artistas açorianos

Contemplamos nesta mostra algumas obras que, até ao momento atual, tiveram pouca presença em exposições, pretendendo-se trazer a público artistas cuja obra artística permanece pouco divulgada, como são exemplo, Margarida Alcântara, Gonçalo Duarte e Manuel de Lima, estes últimos patentes no núcleo «Forma-Signo».

O itinerário expositivo termina com a forte presença, na última sala do piso 2, da geração de artistas contemporâneos açorianos, na qual reunimos José Nuno da Câmara Pereira, Carlos Carreiro, António Dacosta, Urbano, Tomaz Vieira, Álvaro Raposo de França, Maria Tomás, Graça Costa Cabral, Maria José Cavaco, Filipe Franco, Nina Medeiros e Victor Almeida. ●



O Museu dos Baleeiros, nas Lajes do Pico, apresentou recentemente a exposição do concurso escolar “SOS Cagarro – A Importância da Conservação do Cagarro”.

Esta campanha, que decorreu em todas as ilhas dos Açores, foi coordenada pela Secretaria Regional dos Recursos Naturais e operacionalizada pelos Parques Naturais de Ilha.

O Governo Regional desenvolve esta campanha anualmente desde 1995, tendo como principal objetivo alertar a população para a necessidade de preservação desta espécie protegida que nidifica nos Açores.

Este ano, no quadro desta iniciativa, foram desenvolvidas várias atividades de sensibilização e educação ambiental junto das escolas, produzidos materiais promocionais e educativos e realizadas sessões de esclarecimento, em conjunto com entidades parceiras e colaboradores, como os Serviços de Ambiente de Ilha e as Ecotecas. A campanha terminou a 15 de novembro. ●

## Jornalismo na EBI de Angra do Heroísmo

O Clube de Jornalismo da EBI de Angra do Heroísmo publicou, este mês de dezembro, mais um número do Jornal “Portão Vermelho”, desta vez com um suplemento, da responsabilidade do Departamento de Ciências Físicas e Naturais, denominado “Hotsopt”.

Este suplemento - o 1º número a ser publicado - é um documento de cultura, nomeadamente de cultura científica, elaborado por quase todos os membros do Departamento de Ciências Físicas e Naturais sendo a direção e coordenação da responsabilidade da docente Margarida Cecília da Silva Ramos Batista Fael.

Podem ser consultados em <http://www.ebiah.edu.pt/portaleb23ah/>



## Música

A Festa do JAZZ: 15 anos de Angrajazz,  
fotografia de Jorge Monjardino

O ANGRAJAZZ volta ao Museu através desta exposição do fotógrafo terceirense Jorge Monjardino, que apresenta uma seleção de fotografias dos muitos músicos que têm tocado ao longo das várias edições deste festival. São fragmentos que fazem parte da história do Angrajazz, que nos impressionam pela sua beleza, emotividade e qualidade artística. ●

Sala Dacosta, até 12 jan

<http://museu-angra.azores.gov.pt/exposicoes/2013/08-Angrajazz/exposicao.html>

## Roteiro

Os padrões das calçadas dos Açores: Itinerário de simetria  
das ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo

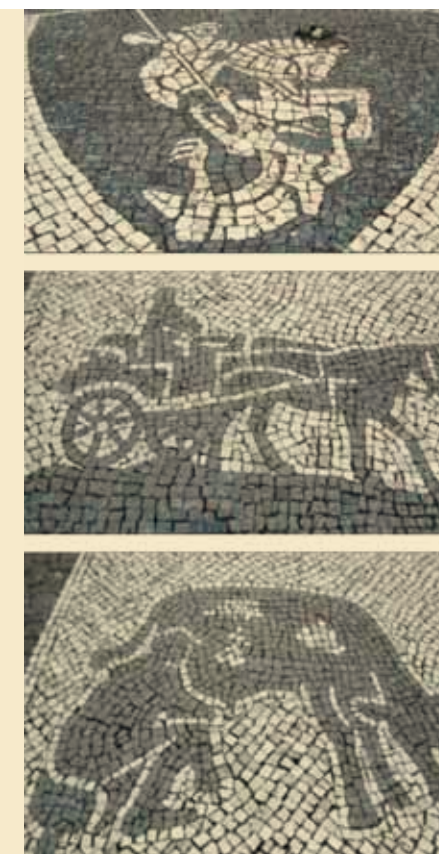
Os padrões das calçadas dos Açores, onde se destacam rosáceas e frisos, estão reunidos em roteiros desenhados por investigadores da universidade açoriana, que pretendem conjugar matemática e património e estender o projeto às varandas e artesanato. “São padrões de que muitas vezes não nos apercebemos com a vida do dia a dia.

A calçada portuguesa é muito apreciada em todo o mundo e todas as ilhas têm exemplos muito interessantes, alguns deles muito antigos, em termos de estética e classificação matemática”, afirmou à Lusa Ricardo Cunha Teixeira, do Departamento de Matemática da Universidade dos Açores. Este investigador tem-se dedicado à identificação e classificação dos padrões matemáticos da calçada das nove ilhas dos Açores, um levantamento que ficou concluído recentemente com o Roteiro das 5 Ilhas.

“Mesmo por baixo dos nossos pés é possível encontrar padrões muito interessantes”, diz Ricardo Teixeira, explicando que resultam do contraste entre “o branco e preto” e “podem ser estudados do ponto de vista matemático recorrendo ao conceito de simetria”, importante no âmbito dos programas de matemática do ensino básico.

Também se encontra a aguardar defesa pública a dissertação de Mestrado intitulada “Grupos de Simetria: Identificação de padrões no património açoriano”, de Vera Moniz, sob a orientação científica de Ricardo Cunha Teixeira, do Departamento de Matemática, e de Susana Goulart Costa, do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.

A dissertação resulta de um levantamento exaustivo dos padrões em calçada dos 6 concelhos da Ilha de São Miguel. ●







*Boas Festas*

São os desejos da Direção do Sindicato dos Professores da Região Açores  
a todos os educadores e professores.